

Racionalidade dialética entre mito e esclarecimento: Uma leitura da *dialética do Esclarecimento*, de T. W. Adorno e M. Horkheimer

Olmaro Paulo Mass

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2011

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3834

RESUMO

Este estudo investiga a crítica realizada por Theodor Adorno e Max Horkheimer ao conceito de racionalidade moderna, na *Dialética do Esclarecimento*, que tem seu ápice nas promessas essencialmente iluministas. Ao abordarem de maneira sucinta e ímpar a origem do logos ocidental, perceberam que a genealogia do conhecimento, o seu núcleo central, está na necessidade dramática e incontrolável do ser humano se autoafirmar perante as forças da natureza que impõem medo. Por isso, o conceito de esclarecimento não pode ser compreendido somente à luz do século XVIII e de suas derivações otimistas. Para os autores, no mito já havia um conhecimento intuitivo e explicativo, de algum modo inseparável do pensamento esclarecedor. Este visava dar explicações e justificativas sobre os acontecimentos da relação do ser humano com a natureza. Portanto, a cada resistência na tentativa de dominação da natureza, o ser humano vai aumentando seu potencial, sua força e seu poder sobre ela. Assim, o ponto de partida da *Dialética do Esclarecimento* é uma crítica à sociedade iluminista e à racionalidade moderna que se tornou instrumental. Para Adorno e Horkheimer devemos perceber os limites da modernidade, da razão e da ciência, os aspectos mais sutis e agressivos que já estavam presentes na relação recíproca – dialética – entre mito e esclarecimento. Embora o tema abordado ‘racionalidade dialética entre mito e esclarecimento’ constitua o percurso desta dissertação, é importante recolocarmos a questão que os autores fazem: por que a humanidade está se afundando em uma nova espécie de barbárie? Frente a este questionamento eles investigam e aprofundam de forma crítica o conhecimento estratégico e instrumental que se tornou mecanismo de poder e repressão. Com a tese de que o mito é esclarecimento e o esclarecimento se transformou em mitologia, mostram, ainda, que a racionalidade moderna, sob as ‘luzes’ da razão, tem seu germe de regressão por toda a parte. A pesquisa se desenvolve em três momentos: o primeiro capítulo compreende o contexto e as fontes das principais questões filosóficas da obra *Dialética do Esclarecimento*; o segundo expõe Ulisses como o protótipo do homem moderno a partir do excurso I; por fim, no último capítulo aborda-se a racionalidade dialética entre o mito e o esclarecimento.

Palavras-chave: Theodor Adorno. Max Horkheimer. Teoria Crítica. Esclarecimento. Mito. Dialética. Razão instrumental.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

O conceito de trabalho na Filosofia de Hegel e alguns aspectos de sua recepção em Marx

Márcio Egídio Schäfer

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco(PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4075

RESUMO

A presente pesquisa procura analisar o conceito de *trabalho* (*Arbeit*) na filosofia de Hegel, enfatizando alguns aspectos de sua recepção em Marx. Para tanto, em primeiro lugar, explicita-se o lugar e a função do conceito de *trabalho* no sistema hegeliano, focando os problemas que pretende resolver e as influências que Hegel teve para desenvolver um conceito de *trabalho* numa acepção positiva, para o que a Modernidade, especialmente a Economia Política, deu uma contribuição especial. Em segundo lugar, investiga-se o conceito do *trabalho* com o propósito de esclarecer o significado da clássica formulação hegeliana segundo a qual o *trabalho forma* (*bildet*). Isso é feito tanto na esfera do Espírito Subjetivo, em que se analisa a dimensão formadora do trabalho em relação ao indivíduo, como também na esfera do Espírito Objetivo, em que se esclarece a dimensão formadora do trabalho em relação ao gênero humano. Porém, esclarecer essa dimensão exige que se revise a estrutura especulativa do *trabalho* tal como ela aparece na Lógica. Mas, se o *trabalho* assume esse papel de formador, Marx acrescenta que também pode se suceder o inverso, ou seja, pode ser deformador do ser humano, o que aparece sob a rubrica da *face negativa* do trabalho ou do *problema da alienação*. Isso é investigado no terceiro momento, tentando explicitar o tratamento hegeliano desse problema. Por fim, com base na argumentação desenvolvida, busca-se expor alguns pontos com base nos quais é possível pensar a atualidade do conceito de trabalho.

Palavras-chave: Hegel; Marx; Trabalho; Formação; Alienação.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

O conceito de “Eu” na filosofia crítica teórica de Kant

Adriano Bueno Kurle

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3924

RESUMO

Neste trabalho abordamos a concepção de “eu” na filosofia teórica do período chamado “crítico” da filosofia de Immanuel Kant. Para tanto, focamos nossa análise no texto da *Crítica da Razão Pura*. Iniciamos pela tentativa de determinar o lugar e o caráter do sujeito cognitivo no ponto de partida da construção epistêmica transcendental, distinguindo entre psicologia empírica, psicologia racional e psicologia transcendental, pertencendo a esta última o paradigma de análise de Kant. Apontamos para a impossibilidade de interpretar corretamente o texto sem que se leve em consideração os aspectos psicologistas, ainda que esta psicologia seja a de caráter transcendental. Assim, negamos que a possibilidade de uma análise puramente semântica do texto da *Crítica da Razão Pura* seja uma alternativa viável para uma interpretação legítima. Partimos posteriormente para a descrição da doutrina do idealismo transcendental, onde se trata da diferença da perspectiva transcendental da perspectiva realista ou transcendente, por onde aparecerão duas perspectivas distintas para o conhecimento de objetos: como fenômeno e como númeno. Seguindo, trataremos sobre os limites do conhecimento e como podemos pensar o sujeito da teoria diante destes limites propostos. Então surge uma tripla distinção das diferentes perspectivas da abordagem do “eu”: “eu” fenomênico, “eu” transcendental e “eu” numênico. Disto trabalharemos cada uma destas três perspectivas, tratando primeiramente do “eu” fenomênico e da relação entre a intuição do espaço e do tempo como condição para pensar a unidade do tempo em uma linha contínua temporal, de onde se distingue a sucessão dos eventos temporais e que pode servir para pensar a permanência empírica do “eu” no sentido interno. Depois tratamos do “eu” transcendental, iniciando com alguns esclarecimentos básicos sobre a faculdade do entendimento, seu caráter espontâneo, a capacidade de síntese e a sua importância para compreender o tema, para finalmente tratarmos do conceito de *apercepção transcendental* e da distinção entre a unidade e a identidade da consciência, a partir da qual podemos definir o nosso conceito transcendental de “eu”. Ainda nesta análise, abordamos a leitura de quatro comentadores (Strawson, Henrich, Pippin e Patricia Kitcher) sobre a *apercepção transcendental* e a identidade da consciência. Por término, tratamos do “eu” numênico e da ideia psicológica de alma, de acordo com os dois usos possíveis: o constitutivo e o regulativo.

Palavras-chave: Eu; Consciência; Psicologia; Kant; Crítica Da Razão Pura; Transcendental.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

O conceito de ‘Optimus Homo’ no Monarchia de Dante Alighieri

Gustavo Arossi

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4183

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar o pensamento político de Dante Alighieri. É muito comum pensarmos que o poeta florentino apenas tratou de questões relativas à poesia. Entretanto, é necessário esclarecermos que, antes mesmo de ser poeta, Dante Alighieri é um filósofo da política na Idade Média. Vivendo num ambiente de conturbadas relações de poder, sobretudo entre Igreja e Império, Dante procura de forma racional apresentar teses para solucionar o problema acerca de quem deveria governar a fim de evitar o embate entre poderes na Cristandade Ocidental. Nesta perspectiva o *sommo poeta* elabora um modelo de governo centrado na distinção entre poderes: poder espiritual e poder temporal. Ainda, centra no homem em sua participação política a plena realização do gênero humano, conferindo assim o conceito de *optimus homo*. Sem dúvida alguma será melhor o homem que participar da comunidade política, aquele que se envolver com as chamadas questões ético/políticas e que respeitar o Estado e o Direito.

Palavras-chave: Dante Alighieri. Filosofia Medieval. Estado. Direito.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

A liberdade em Hegel e seus desafios

Luiza Andriolo da Rocha Tavares Pereira

Orientador: Prof. Dr. Thadeu Weber. (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: Março /2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4113

RESUMO

Questões acerca da liberdade em termos hegelianos necessitam ser esclarecidas, ou, ao menos, estudadas com maior afinco para que se possa melhor compreendê-las. Neste intuito, cabe a este estudo aproximar-se do que significa, de fato, a noção de liberdade em Hegel, recorrendo para tanto a obras como a *Filosofia do Direito* e a *Filosofia da História*, as quais são capazes de dar conta deste verdadeiro impasse hermenêutico sobre a noção, e mesmo sobre a existência de liberdade. Desta forma, assuntos de tal modo relevantes na filosofia hegeliana, tais como a necessidade e a contingência, a interpretação necessária de seu sistema como um todo - a qual se opta por evitar neste estudo -, a questão do livre arbítrio e da eticidade, por exemplo, possuem estreita relação com o tema da liberdade em si. As democracias atuais, por sua vez, começam a repensar o papel da liberdade, e é necessário fazer uma reflexão neste sentido. Eis a atualidade da filosofia hegeliana. A igualdade surge então como um dos maiores desafios de nosso tempo, o qual implica também na abordagem dos próprios limites da liberdade. Até que ponto a igualdade vem a limitar uma liberdade já garantida? Em que medida a igualdade se opõe aos direitos liberais, os quais se embasam no livre arbítrio como noção de liberdade mesma, e o qual é, para Hegel, apenas um pré-estágio de liberdade. A noção de mediação hegeliana adquire total importância neste aspecto. Seria a igualdade o outro lado da liberdade? Faria dela parte? Ou a ela estaria subordinada?

Palavras-chave: Liberdade. Contingência. Necessidade. Igualdade.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

Foucault: o mundo como linguagem e como representação

Richer Fernando Borges de Souza

Orientador: Prof.Dr. Nythamar H. Fernandes de Oliveira (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3994

RESUMO

O trabalho apresenta, a partir da obra *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, a investigação de Michel Foucault acerca do conhecimento produzido ao longo do Renascimento e da Idade Clássica. Inicialmente, objetiva destacar algumas das singularidades da metodologia arqueológica, cujo horizonte é o de traçar as condições históricas de possibilidade do conhecimento. Em seguida, toma as descrições do autor de cada um dos domínios por ele analisados, a fim de evidenciar que, para além do sujeito, Foucault encontra na linguagem e no regime dos signos a verdadeira origem da produção teórica desenvolvida em nossa cultura. Em lugar de uma história que descreveria o progresso de nosso conhecimento, a arqueologia foucaultiana traz à luz um acontecimento de descontinuidade entre essas duas épocas, no qual o mundo, até então objetivado como linguagem, passa a ser tão somente representação.

Palavras-chave: Arqueologia, Linguagem, Representação, Renascença, Idade Clássica.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

A sociabilidade moderna e sua crise: Um diagnóstico a partir da sociedade civil-burguesa e o Tribunal na Filosofia do Direito de Hegel

Diego Süss Endler

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft. (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4146

RESUMO

O objetivo deste trabalho parte de uma preocupação que, mesmo ausente de uma proposta efetiva de solução a curto prazo, já se mostra rotineira no mundo. Junto com a formação da sociedade moderna vieram também outros fatores que denotavam uma atenção especial a fim de não fazer dela um local em que se manifestasse tão somente elementos negativos em vista de uma universalidade que a todos deveria zelar. A teoria da sociedade civil-burguesa de Hegel se mostra capaz de identificar porque as relações humanas na modernidade mostravam-se antagônicas e inviabilizavam pensar em uma união de interesses que levasse ao caminho da liberdade na síntese estatal pretendida pelo filósofo alemão. O ser humano enquanto ser social visa em primeiro lugar satisfazer seus próprios desejos sem pensar nos riscos que porventura possam malograr os desejos dos demais. Se na própria sociedade não existissem meios de limitar a cobiça por novas aspirações dos indivíduos pertencentes a ela, uma possível unidade em torno de objetivos comuns e universais mostrar-se-ia inviável. Uma das formas de limitação que Hegel entendia ser eficaz na consecução desse fim seria justamente a atividade do tribunal que, em respeito à lei que a todos regula, restabeleceria o padrão universal perdido em decorrência de qualquer violação a ela direcionada. Essa particularidade inerente às características da sociedade civil hegeliana, na Filosofia do Direito, viabiliza a geração de conflitos econômicos e mazelas próprias de um processo de concentração de riqueza, aumentando disparidades bem como a ocorrência de ilícitos. Nesse aspecto o tribunal devolveria à lei seu conteúdo universal que, para Hegel, é o próprio direito. A teoria da sociedade civil presente na Filosofia do Direito oportuniza diagnosticar, por fim, a instalação de uma crise na sociabilidade moderna e que se estendeu à contemporaneidade. O tribunal enquanto parte integrante dessa mediação sofrível em busca do Estado mostra-se fundamental para a superação desse momento, mas, apesar disso, constata-se que sua atividade ainda se mostra deficitária no alcance de tal desiderato.

Palavras-Chave: Filosofia do Direito. Sociedade civil-burguesa. Tribunal. Modernidade

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

O existir humano como um desafio inevitável à Psiquiatria

Giovani Zwetsch Gheno

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: Maio/2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4188

RESUMO

A presente dissertação aborda um debate entre a filosofia e a psiquiatria. Os encontros de Martin Heidegger com psiquiatras, organizados pelo psiquiatra suíço Medard Boss e compilados na obra Seminários de Zollikon, são o evento que origina a presente investigação. De início, explicita-se o modo original como Medard Boss procurou aproximar a fenomenologia hermenêutica heideggeriana da fundamentação teórica da psiquiatria que ele praticava. Segue-se uma crítica ao modo como Boss promoveu esta aproximação e parte-se para uma investigação de outros dois textos teóricos fundamentais de psiquiatria, um contemporâneo a Boss e outro atual, para a partir deles entender como a psiquiatria em geral se dedica tanto à sua fundamentação teórica como à uma aproximação com a filosofia. Por fim, expõe-se o modo de aproximação que ocorreu nos seminários de Zollikon, mostrando os principais temas que nestas ocasiões foram abordados por Heidegger para promover uma decisiva contribuição filosófica aos psiquiatras.

Palavras-chave: filosofia. psiquiatria. fenomenologia. fundamentação.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

Da antropologia pragmática à antropologia bioética: o princípio da prudência-ponte dirimindo o reducionismo em bioética pertinente à vida humana no nível molecular

Noêmia de Sousa Chaves

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco(PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: Dezembro/2011

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3804

RESUMO

Essa tese tem como objetivo demonstrar que existe um reducionismo em bioética e que este se manifesta a partir de três formas: a) topológico; b) proximidade; e c) laicização da vida. Tais formas de reducionismos impedem a definição de um status moral e também de um trato prudencial com os materiais genéticos e os embriões humanos. Com isso, constata-se o acelerado avanço biotecnológico e a sua intrínseca relação com o mundo da política, da economia e da ciência, que tem gerado uma nova forma de atividade comercial, a saber, da vida humana no nível molecular. Tal situação suscita novos questionamentos. Entre eles, pode-se destacar o seguinte: os materiais genéticos humanos possuem valor ou preço? Tendo em vista a solução dessa questão, considera-se que o resgate do imperativo hipotético da prudência, de matriz kantiana, pode se constituir no fundamento de uma antropologia bioética e, a partir disso, balizar as relações – assimétricas – entre os pesquisadores, de um lado, e os materiais genéticos e os embriões humanos, de outro lado. Para tal, o princípio da prudência deve ser compreendido como prudência-ponte e ter, nesse sentido, realçado o seu caráter reflexivo e preditivo. Para realizar-se o trabalho, apresentaremos, no primeiro momento, os significados da prudência na arquitetura kantiana, pontuando a aproximação das questões de bioética com o cosmopolitismo. Nosso objeto tratará da definição do lugar e do papel da prudência no sistema kantiano, demonstrando a sua característica de imperativo hipotético fraco, localizado entre a destreza e a moral, e, por isso, constituindo-se no princípio da prudência-ponte. Feito isso, recorreremos a esse princípio para evidenciar e dirimir o reducionismo em bioética. Nesse segundo momento, teceremos um debate com autores da bioética, apontando para a fragilidade da fundamentação de seus argumentos erigidos a partir das obras morais de Kant, quer seja a favor da manipulação embrionária, quer seja contra tal procedimento. E, por fim, a prudência-ponte será justificada como a condição necessária para se fundamentar uma antropologia bioética, que tem na vida humana molecular o seu objeto adstrito, e não meramente eletivo.

Palavras-chave: Antropologia. Bioética. Kant. Prudência-Ponte. Reduacionismos. Vida Humana Molecular.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

Habermas e a ideia de continuidade reflexiva do projeto de Estado social: da reformulação do *déficit* democrático da social-democracia à contraposição ao neoliberalismo

Leno Francisco Danner

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco(PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: Novembro/2011

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3811

RESUMO

O presente trabalho desenvolve a ideia habermasiana de *continuidade reflexiva do projeto de Estado social*, de modo a defender três pontos específicos: (1) Habermas é crítico disso que, neste trabalho, será chamado de *déficit* democrático do projeto de Estado social, propugnado pela velha social-democracia, *déficit* que é concebido como solapamento do processo de democratização política das estruturas de poder, originado da específica relação entre Estado social e democracia de massas em termos de capitalismo tardio; (2) desde fins da década de 1970, o grande alvo do referido autor é representado pela posição teórico-política neoconservadora ou neoliberal e, nesse contexto, com aquela ideia, o seu objetivo passa a consistir na defesa de uma prossecução do projeto social-democrata de Estado a partir de um ideal de democracia radical – *Direito e Democracia*, nesse sentido, é uma reformulação da socialdemocracia com base em um ideal de democracia radical e, ao mesmo tempo, uma recusa direta à posição teórico-política neoliberal; e (3), em textos de fins da década de 1980 em diante, tendo como pano de fundo a queda do Socialismo Real e a crise da social-democracia, Habermas articula uma posição teórico-política que, neste trabalho, será chamada de socialdemocracia de Esquerda, na medida em que reafirma um ideal emancipatório de Esquerda ligado exatamente à postura social-democrata, ideal que tem como fundamento uma crítica reformista de tipo radical, calcada na prossecução do projeto de Estado social, temperado com processos de democracia radical (reformismo radical). Ora, qual o sentido desta socialdemocracia de Esquerda fundada na prossecução reflexiva do projeto de Estado social? Para responder a tal pergunta, esta tese seguirá o seguinte itinerário: primeiro, definir-se-á o significado e as implicações do *déficit* democrático do projeto de Estado social, ao mesmo tempo em que se salientará o confronto teórico-político entre social-democracia e neoliberalismo como o confronto definidor da práxis teórico-política habermasiana (e não somente dela), desde as últimas três décadas do século XX; segundo, desenvolver-se-á a reformulação, por Habermas, em *Direito e Democracia*, da social-democracia a partir de um ideal de democracia radical, correlatamente à sua contraposição ao neoliberalismo; terceiro, defender-se-á, com base em textos de fins da década de 1980 em diante, a posição

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

habermasiana de uma socialdemocracia de Esquerda, que retoma um ideal teórico-político emancipatório de Esquerda, cujo objetivo é a prossecução reflexiva do projeto de Estado social, por meio de uma crítica reformista de tipo radical.

Palavras-Chave: Habermas. *Déficit* Democrático. Estado Social. Social-Democracia. Neoliberalismo. Reflexividade. Democracia Radical.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

Desacordo racional: o debate epistemológico

Alexandre Luis Junges

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=3995

RESUMO

Este ensaio trata do debate epistemológico contemporâneo sobre o problema do desacordo racional. O problema consiste na pergunta sobre a possibilidade do desacordo racional entre indivíduos, considerados pares epistêmicos, que, após compartilharem a evidência relevante, chegaram a conclusões incompatíveis. Desacordos desse tipo são abundantes em contextos como o político, moral, científico, filosófico, religioso, ordinário, etc. O debate atual sobre o problema do desacordo racional dividiu os filósofos em duas posições distintas, a saber, conformistas e não-conformistas. De acordo com conformistas, em face de um desacordo com um par epistêmico, a atitude racional que devemos adotar é rever, consideravelmente, a nossa posição inicial e, em alguns casos, até mesmo adotar a atitude de suspensão de juízo. Não conformistas, por sua vez, argumentam que em muitos casos é possível manter, racionalmente, a posição inicial, mesmo na presença de um par epistêmico que sustenta uma posição contrária. Neste sentido, a principal motivação de não-conformistas é evitar o ceticismo local defendido por conformistas. O presente trabalho promove um estudo sobre a natureza e o significado epistêmico do problema do desacordo racional, analisando a argumentação envolvida nas posições pró e contra o desacordo racional e expondo os pressupostos e teses sobre os quais tal argumentação repousa. A partir disso, considera-se a problemática contemporânea especificamente no contexto da ciência. Durante períodos de controvérsia, cientistas exibem desacordos consideráveis. Na medida em que tais casos apresentam as condições para se colocar o debate contemporâneo sobre o desacordo, analisamos a plausibilidade do veredito conformista, especificamente, no contexto científico.

Palavras-chave: controvérsia; desacordo; evidência; ceticismo; evidencialismo; evidência de ordem superior; racionalidade; justificação; par epistêmico.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

O processo de conversão a Deus pela via racional e mística

Antonio Carlos Kondracki de Alcântara

Orientador: Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2012

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4163

RESUMO

O processo de conversão a Deus, pela via racional e mística, ao ser abordado pela ótica da fé e da razão humana, é objeto de estudo tanto da filosofia, quanto da teologia. A conversão é a realização plena do ser humano, um encontro com a Verdade e o Sumo Bem, que implica uma ascensão da alma e da inteligência até Deus, percorrendo a via da renúncia ao pecado e a busca da santidade. Nesse percurso, Plotino, um filósofo pagão, a apresenta como sendo uma *epistrophê*; por sua vez, Santo Agostinho a identifica com a *metánoia* cristã. Ambas abordagens utilizam-se de uma estrutura metafísica que serve de suporte para a mística, onde é possível determinar uma aproximação entre os dois sistemas. Assim, a filosofia religiosa de Plotino vai influenciar sobremaneira o pensamento de Agostinho numa primeira etapa de sua vida, mas ele (Agostinho) a ultrapassa progressivamente, na medida em que adentra, cada vez mais, no conhecimento das Escrituras Sagradas, máxime, a leitura de São Paulo

Palavras-chave: Conversão, *Epistrophê*, *Metánoia*, Mística, Plotino, Agostinho.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.5 – Nº. 1	Julho 2012	p. 274-287
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------